



JOBIM, José Luís. **Literatura e cultura: do nacional ao transnacional**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

DA CIRCULAÇÃO LITERÁRIA TRANSNACIONAL: ENTRE A EMULAÇÃO E A AUTORIA

Karla Menezes Lopes Niels¹
Universidade Federal Fluminense
Karla.niels@gmail.com

José Luís Jobim de Salles Fonseca é doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor titular na Universidade Federal Fluminense. Foi também *visiting scholar* na Stanford University, professor Titular da Universidade do Rio de Janeiro e ocupou a *Chaire des Amériques* na Universidade de Rennes 2. Com vasta produção acerca dos estudos literários, dedica-se há algumas décadas aos estudos comparatistas, especialmente, à *world literature* e às trocas e transferências culturais, objeto do livro que ora resenhamos, publicado em 2013 pela EdUERJ.

Nesse, ao longo de dez capítulos, José Luís Jobim discute os processos de transnacionalização da cultura e da literatura no contexto pós-moderno. Para tal, resgata e discute pontos de vista e termos enraizados pela crítica e pela historiografia de outrora procurando apontar para sentidos outros, mais abertos e plurais. Assim, considera questões que surgem desde o período colonial, passando pelo movimento romântico no século XIX e pelo movimento modernista no XX. Dos dez capítulos que compõem o título, abordaremos aqui somente seis deles, a saber, os capítulos 1, 3, 4, 5, 6 e 8. A escolha desses relaciona-se ao fato desses serem exemplares das relações entre emulação e autoria no âmbito da circulação literária, objeto desta resenha.

O primeiro, como o autor revela na introdução, propõe rever questões relativas à filiação da literatura nacional através da discussão de termos como “imitação”, “autonomia” e “originalidade”. Para analisar criticamente a tese de que as ex-colônias americanas (inclusive o Brasil) antes de suas independências só produziam *a posteriori* daquilo que era produzido nas ex-metrópoles, Portugal e Espanha, e por conseguinte, a aspiração após a independência de se produzir um produto cultural original e por isso autônomo, parte da visão de Pedro Henrique Ureña. O dominicano

1 Doutora em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora docente I na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), professora mediadora no Consórcio CEDERJ/UFF/UAB e professora substituta no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).



“defendeu a tese de uma filiação latina [entre as Américas e o continente Europeu] de longo prazo com centros geograficamente diferentes, mas sempre europeus” (JOBIM, 2013, p. 18) pois, segundo Ureña, “pertencemos à România, à família românica que constitui, todavia, uma comunidade, uma unidade de cultura, descendente da de que Roma organizou sob seu poder [...]” (Ibid., p. 19). Para enfatizar essa nossa pertença à România e à latinidade, Jobim argumenta que a raiz do termo literatura, bem como os muitos sentidos dele derivados, é o mesmo nas mais diversas línguas ocidentais.

A seguir, discorre brevemente sobre as histórias nacionais antes de abordar a questão da afirmação nacional, da imitação e autonomia, essência do capítulo. Saliencia que no Brasil, pelo menos *a priori*, as narrativas nacionais destinavam-se a narrar o antes e o depois daquilo “cujo pivô seria o surgimento do nacional” (Ibid., p. 20).

Ora, os escritores brasileiros dos anos que se seguiram ao processo de Independência estiveram sempre integrados à discussão dos problemas gerais do Brasil. No incipiente panorama intelectual do I Império, homens que atuavam tanto no campo das letras como no da política ocasionavam uma fusão entre questões literárias e políticas. Dessa forma, os protagonistas da cena política que conduziu à emancipação da colônia foram também os desbravadores de um movimento a favor de uma literatura brasileira autêntica que se consolidaria durante o nosso Romantismo. Assim, “o questionamento recente desta centralidade do nacional afeta o sentido destas histórias para o leitor de hoje” (Ibid., p. 20). Um bom exemplo da revisão no sentido de literatura nacional teria sido a consolidação das literaturas regionais. A própria divisão político-geográfica do Brasil em regiões e estados é deveras recente, assim como a reivindicação de uma cultura regional a ser valorizada e estudada. Isso porque no século XIX, como ainda no século XX, “o conhecimento do nacional podia vir como derivado do nacional” (Ibid., p. 22). A ideia de unidade nacional, portanto, era uma característica essencial do movimento de afirmação da nacionalidade. Até mesmo a variedade do regional dava-se em função da unidade do nacional.

Se o objetivo das histórias nacionais era inventariar um passado cultural, havia também o interesse de construir uma identidade autônoma nesse mesmo sentido. Para tal, “surgiu a necessidade de enfatizar a diferença e a autonomia” (Ibid., p. 23). Jobim, no entanto, chama-nos atenção para a situação singular² da nova nação americana, pois aqui residiu a coroa portuguesa por um curto período e após a independência a coroa brasileira “foi presidida sucessivamente por monarcas da família real portuguesa” (Ibid., p. 23). De qualquer maneira, no que diz respeito à literatura, “o olhar pós-colonial com o intuito de contrapor-se às antigas metrópoles gerou também uma perspectiva de que se deveria superar um suposto estado de

² Nem mesmo o caso do México, que teria sido Vice-Reino da Nova Espanha, se compara ao caso brasileiro, pois enquanto aqui estiveram o rei e toda a corte da coroa Portuguesa, no caso mexicano o território era controlado por um vice-rei escolhido pelo Conselho das Índias e que devia responder ao rei da Espanha.



“imitação” da respectiva ex-metrópole, para chegar à presumida “autonomia” (Ibid., p. 25). No entanto, como destaca o autor, as identidades não são absolutas e autossuficientes, nem a da ex-colônia, nem a da ex-metrópole, haja vista que toda identidade cultural se forma pela fusão de culturas diversas, passadas e presentes. Esta é uma lógica que põe em xeque a ideia de que, “no período colonial, a literatura brasileira teria primeiramente imitado a literatura portuguesa; depois, com a independência e com o Romantismo, teria passado a desenvolver uma dicção própria, ‘autônoma’, ‘individual’ etc.” (Ibid., p. 25). Mas segundo os escritores brasileiros do Modernismo, ainda na década de 1920 permanecíamos “na fase do mimetismo” (ANDRADE *Apud* JOBIM, 2013, p. 27).

Tal conceito de “mimetismo” cria a “ideia de que as ex-colônias sempre produzem *a posteriori*, conforme modelos importados da metrópole” (JOBIM, 2013, p. 28) o que certamente ignora a sincronia entre a produção metrópole-colônia, assim como se ignora também a possibilidade de um fluxo inverso. Um bom exemplo desse influxo é o que fora afirmado pelo crítico e historiógrafo oitocentista Silvio Romero (1888) a respeito do ultrarromântico Álvares de Azevedo. Nele reconhece aquele que nos arrancou de vez da influência portuguesa por buscar sua inspiração e influência em outros países europeus para além da Lusitânia. O jovem Azevedo, que foi um produto da academia brasileira, como afirma o crítico, não só procurou emular grandes nomes da literatura ocidental buscando produzir uma literatura que não se afasta e nem se opõe ao projeto literário do período, mas que, ao decantar alguns dos aspectos do romantismo, torna-se universal (CANDIDO, 2013) e, talvez por isso, a obra do jovem paulista teria influenciado, mais tarde, em Portugal, fazendo o fluxo inverso, como atesta Romero (1888).

O interessante, como destaca Jobim, é que até mesmo os movimentos vanguardistas de ruptura de modelos pré-estabelecidos mantiveram em si enraizadas ideias do século anterior. As vanguardas do início do século XX “reciclaram e radicalizaram elementos já presentes no Romantismo” (JOBIM, 2013, p. 29). Assim, rompeu-se com a escola imediatamente anterior, mas não com todo um passado cultural. Ademais, a ideia de nosso modernismo era exatamente ocasionar um movimento antropofágico de consumo, assimilação e reformulação de modelos tanto do presente quanto do passado.

Assim, se antes do século XIX a imitação e a emulação de modelos autorais eram a ordem do dia, após o movimento romântico haverá uma hipervalorização do eu autoral, sem que os envolvidos naquele processo de autonomia literária e cultural percebessem que, para o bem ou para o mal, a literatura de hoje sempre é influenciada pela de ontem. A citação que conclui o capítulo atesta isso: “As próprias ideias nem sempre conservam o nome do pai; muitas vezes aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas” (ASSIS *apud*, JOBIM, 2013, p. 32).

Questões que o autor retoma no oitavo capítulo ao considerar as trocas de cartas entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Em uma dessas cartas, Mário faz a seguinte afirmação que nos leva a pensar: “Em última análise



influência é tudo neste mundo. Cada indivíduo é fruto de alguma coisa” (ANDRADE Apud JOBIM, 2013, p. 152). Como destaca Jobim, em comentário ao pensamento do modernista, “o poeta apropria-se de elementos que se transformam em seus, porque foram escolhidos a partir de seus interesses e porque ganham contexto e sentido diferentes na sua obra – transmutando-se em outra coisa, diferente da que era, no contexto em que se inseria antes” (JOBIM, 2013, p. 156). Assim como em nível individual somos frutos daquilo que vivemos e das leituras que fizemos, amplia-se a questão para o nível nacional, quiçá, transnacional.

O terceiro capítulo vem retomar essa questão da identidade nacional face a outras identidades. Logo na introdução, Jobim traz à tona a visão atual de identidade como sinônimo de individualismo. A identidade para muitos na contemporaneidade seria fruto de escolhas pessoais, um conceito que desconsidera que o “indivíduo” é “parte do jogo dos condicionantes históricos” (Ibid., p. 49) e que “a constituição de sua subjetividade vai além de si” (Ibid., p. 50). Um individualismo, portanto, autocentrado. Quando se trata de identidade nacional, no entanto, há muitos fatores que devem ser considerados. Por isso, propõe a discussão de identidade nacional a partir de duas questões relevantes: (1) “a concepção de identidade nacional como pertença a um conjunto de cidadãos que optam politicamente por permanecerem juntos” (Ibid., p. 52) e (2) “a concepção de nacionalismo como identidade herdada” (Ibid., p. 52). Daí, e a partir do pensamento de Hans Kohn, o professor Jobim argumenta em prol de dois modelos de identidade; um cívico, centrado na identidade cidadã e outro étnico centrado na identidade cultural herdada.

A contemporaneidade, entretanto, em alguns países, como os Estados Unidos da América, tem adotado uma política de multiculturalismo que se propõe a valorizar a cultura herdada de grupos minoritários que se inserem naquela sociedade majoritária. Assim, esses indivíduos poderiam, ao menos em tese, “ganhar espaço de reconhecimento e manifestação no Estado em que estão inseridos” (Ibid., p. 55). Porém, quando o Estado incorpora o diferente, isso pressupõe também um “controle” da diferença, pois “os poderes do Estado podem ser usados tanto para permitir e incorporar a diferença” (Ibid., p. 56) quanto para reprimi-la. A administração da diferença dentro do âmbito estatal gera ainda uma série de outras questões sobre as quais o autor não se aprofunda.

A seguir, partindo das considerações de Hans Ulrich Gumbrecht, o autor opta por dividir as concepções de identidade nacional ainda em outros dois grupos distintos: os “essencialistas” (Ibid., p. 57) e os “construtivistas” (Ibid., p. 57). O primeiro grupo relaciona-se àquele nacionalismo centrado na cultura herdada do indivíduo que pressupõe a existência de um “ser *nacional* efetivo” (Ibid., p. 57) que não leva em conta as mudanças históricas inerentes à construção da identidade desse “ser *nacional*”. O segundo grupo admite que a construção identitária nacional é um produto de um processo social e histórico. O problema da concepção do segundo grupo é que, se levada ao extremo, pode-se admitir toda e qualquer mudança histórico-social, até mesmo o apagamento do passado histórico de grupos minoritários que vivam dentro das fronteiras de um Estado-nação que não o seu de origem.



Sejam as concepções de cunho essencialista ou construtivista, o fato é que “a identidade nacional não é geralmente apenas um caso de escolha pessoal, porque a pertença a uma comunidade nacional é imposta por regras supraindividuais” (Ibid., p. 58), ou seja, ser indivíduo brasileiro ou argentino não é uma escolha livre e pessoal, mas há um “conceito de autodeterminação coletiva” que permite que o cidadão aceite pagar impostos, por exemplo.

Por fim, retomando itens da fala de Gumbrecht no Colóquio Identidades ocorrido na UERJ em 1999, Jobim aborda a importância da minimização de identidades frente a uma proposta de maximização que poderia levar à homogeneidade absoluta; o que, nos piores casos, faria com retrocedêssemos aos terríveis momentos do Holocausto³ provocado pelo regime nazista alemão.

O capítulo seguinte, “Crise da cultura?”, propõe-se a discutir as questões relativas à distribuição dos bens culturais e os problemas inerentes a duas posições distintas: (1) a visão liberalista que trataria os bens culturais como qualquer outra mercadoria, ou (2) os bens culturais vistos como um produto socialmente diferenciado e que por isso merece um tratamento especial por parte dos governos.

A primeira posição, como Jobim procura demonstrar através da sua argumentação, é bastante problemática haja vista que “se determinados países têm um “mercado” [consumidor] maior e mais rico para seus bens culturais” (Ibid., p. 71) maior financiamento para estes bens terá. Noutras palavras, isso significa dizer que o país detentor de maior mercado consegue que seus bens culturais sejam difundidos com maior facilidade não só dentro de suas fronteiras como também fora delas. Assim, haveria uma “assimetria nas trocas internacionais”, um “desequilíbrio entre países ricos e pobres” (Ibid., p.74) porque a cultura hegemônica “transforma seus valores e artefatos em universais” (Ibid., p.78). O que indiretamente nos leva a associação indireta de diversidade cultural às políticas de multiculturalismo. Só que tais políticas podem gerar alguns problemas como a idealização de identidades ou simplesmente “multiplicar indefinidamente as diferenças” (Ibid., p.75). Pois, se por um lado as políticas de reconhecimento estatais promovem o respeito à diversidade, por outro geram a multiplicação dessas mesmas diferenças e a não inclusão do diferente como seria o esperado. Assim, o diferente para o hegemônico passa a ser visto como “local”, “regional”, exótico” (Ibid., p.78), enquanto, à categoria de “belo” e “bom” (Ibid., p.76) ficam destinadas ao hegemônico.

A segunda posição delinea que os “bens culturais, embora tenham características de mercadoria, não podem ser tratados da mesma maneira que carros, panelas, parafusos ou latas de lixo.” (Ibid., p. 70) porque os bens culturais têm particularidades próprias que envolvem elementos próprios de uma determinada

³ Optamos aqui pelo uso do termo Holocausto, em detrimento ao termo hebraico Shoat, por entendermos ser o primeiro mais abrangente que o segundo. Enquanto o primeiro termo abarca todos os grupos vitimizados no período, a saber, judeus, homossexuais, ciganos, testemunhas de jeová, deficientes e opositores políticos; o segundo restringe-se apenas ao genocídio judeu.



sociedade; elementos tais que conferem o sentido da existência de um grupo ou comunidade, quiçá da própria “vida humana como um todo” (Ibid., p. 70).

A maneira como os Estados intervêm ou não na produção e na disseminação da cultura é uma “questão incontornável da contemporaneidade” (Ibid., p.75) e das políticas de globalização e multiculturalismo. Por isso, Jobim se atém, na parte final do capítulo, à consideração das questões relativas aos “modos de produção de globalização” dos bens culturais e a ideias de “conectividade e proximidade”.

A partir da consideração do que o sociólogo Português Boaventura de Souza Santos chama de “*sistema mundial de transição*”, aponta que muitas das “práticas culturais transnacionais nasceram no próprio ambiente em que os fenômenos designados como “globalização” ocorrem. (Ibid., p.77), o que tem gerado um “sistema de trocas e transferências desiguais” (Ibid., p. 78), mesmo com a interação entre culturas propiciada pelas novas tecnologias que nos fornecem “meios de conexão nunca vistos antes” (Ibid., p. 78). Assim, podemos estar próximos mesmo distantes através da conectividade virtual, o que gera uma sensação de *proximidade*. Pode-se, portanto, visitar bibliotecas e museus do mundo todo através da internet ou estabelecer um trabalho conjunto entre pessoas separadas por quilômetros de distância e ainda assim sentir-se inserido naquele meio.

No capítulo 5, José Luís Jobim discutirá o papel das línguas nas trocas entre blocos transnacionais. A partir do estudo crítico sobre a cultura das Américas, em especial a disseminação do espanhol e do castelhano nas colônias espanholas, empreendido por Roberto Fernandez Retamar, reflete como se deu a disseminação da língua portuguesa no Brasil como processo colonizador.

É evidente que, no caso brasileiro, houve particularidades não ocorridas em outras colônias, como a gramaticalização das línguas indígenas pelos jesuítas, resultando naquilo que veio a ser chamado de língua geral ou brasílica. No entanto, “mesmo o emprego generalizado desta língua [a língua geral ou língua brasílica] [...] não pode ser dissociado do processo colonizador” (Ibid., p. 90) porque a diluição da diversidade através do uso das línguas nativas serviu ao propósito de cristianização e de dominação do colonizador. Ainda, significando uma piora neste quadro, no século XVIII, a língua que vinha sendo utilizada largamente na colônia brasileira seria proscrita pelo Marquês de Pombal, através do *Diretório dos Índios*, em 1755, obrigando aos que aqui residiam o uso único e exclusivo da língua portuguesa. Situação consolidada pela vinda da coroa portuguesa para essas terras no século seguinte:

A *língua geral* é estigmatizada como “invenção verdadeiramente abominável, e diabólica”, e o uso da língua portuguesa apresentado como um meio de civilização e inculcação de veneração e obediência à coroa. Cria-se então a imagem de que a “falta” da língua portuguesa implicaria ausência de civilização, e de que será bom para os nativos a imposição desta língua como única, porque isto os ajudaria a superar “a barbaridade dos seus antigos costumes” transformando-os em bons vassalos do império. (Ibid., p. 92, 93)



Mas surge um novo problema após a independência da colônia haja vista que aqui o uso da língua diferia do da ex-colônia: “dever-se-ia aceitar como padrão de correção a norma europeia – e, como consequência, considerar erradas todas as práticas linguísticas que não estivessem de acordo com aquela norma –, ou se deveria estabelecer um novo padrão, que contemplasse as idiossincrasias linguísticas das nações emergentes?”. Jobim mostra que para aqueles literatos dos oitocentos não deveria haver submissão às normas linguísticas da ex-metrópole, em consonância com a atitude tomada por românticos como José de Alencar que “advogava o direito e o dever de os escritores brasileiros afirmarem sua diferença em relação aos padrões portugueses” (Ibid., p. 94), inclusive no uso que se fazia da língua pátria. Como é sabido, Alencar foi acusado por alguns de seus contemporâneos de ter uma escrita descuidada. No entanto, o que era considerado desleixo, para o romântico, era marca da diferença.

A seguir, em função de sua argumentação em prol do papel da língua nas trocas e transferências culturais entre blocos transnacionais, Jobim tecerá algumas considerações sobre a língua inglesa e a relação da língua com processo colonizador estabelecido entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. O autor faz também ponderações acerca do inglês se atendo às questões relativas às hegemonias, hierarquias e mundializações da língua. Deixa claro que uma língua se torna mundial não por causa do número expressivo de falantes que possa ter espalhados pelo mundo afora, mas através do poder político exercido pelo Estado-Nação: “A língua existe somente no cérebro, bocas, ouvidos, mãos e olhos de seus usuários. Quando esses têm sucesso no cenário internacional, sua língua tem sucesso. Quando fracassam, sua língua fracassa”. (CRYSTAL Apud JOBIM, 2014, p. 96).

No capítulo 6, falará especificamente sobre as trocas e transferências culturais entre nações e blocos transnacionais no panorama atual. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que, apesar de o século XIX ter sido um século essencialmente nacionalista, em que a produção de uma literatura de “cor local” era a ordem do dia, já havia literatos como Machado de Assis, no Brasil, e Jorge Luis Borges, na Argentina, que “colocavam em xeque a proposta de se produzir uma literatura de “cor local” como sendo sinônimo de nacionalismo” (JOBIM, 2013, p. 110).

Para o nosso Machado, a independência literária demoraria muito mais para ser conquistada do que demorou a independência política pois para a literatura não bastariam “brados de independência” (Ibid., p. 110). Para o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* uma literatura nacional, sobretudo uma literatura nascente como a brasileira, deveria não só “alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região” (Ibid., p. 110), mas buscar beber de outras fontes, no passado e no presente. A busca excessiva por assuntos locais, segundo ele, “limitaria muito os cabedais da nossa literatura” (ASSIS, 2004, p. 803), posto que, fazer da chamada “cor local” uma doutrina absoluta seria correr o risco de empobrecer esta mesma literatura. Na verdade, toda literatura, de fato, deve guardar consigo resquícios de tudo que se produzira anteriormente, dentro de sua própria nação, como também fora dela. O que



se relaciona intrinsecamente com as questões relativas à influência e originalidade abordadas nos capítulos 1 e 8 que já expusemos acima.

Noutras palavras, nenhuma produção está livre de influências externas ou anteriores e nenhuma produção é exatamente original (no sentido pleno da palavra). Todo escritor parte do que se produziu antes deles, isto é, de suas leituras e repertório cultural para criar o novo (JAUSS, 1994). Assim, toda criação é na verdade uma recriação!

Veja o caso do nosso Bruxo do Cosme Velho. Ele só se tornou o Machado de Assis que ora conhecemos, o criador do Brás Cubas e Capitu, quando se engajou num projeto literário que João Cezar de Castro Rocha (2013) chamou de Poética da Emulação – um resgate deliberadamente anacrônico da prática pré-romântica da *aemulatio*. Na sua segunda fase, o autor apropriou-se deliberadamente de práticas discursivas de autores considerados autoridade nos gêneros praticados, uma apropriação sistemática e seletiva que pretende enriquecer a própria prática literária do emulador. Observe-se que a emulação não é uma pura e simples cópia como alguns foram levados equivocadamente a pensar. Nela há a apropriação de textos alheios com o objetivo expresso de usá-los como modelos a serem superados, ou retrabalhados, em sua criação. A repetição, unida à diferença, transformam, portanto, o autor de *Iaiá Garcia* no autor de *Brás Cubas*:

Machado vira habilmente o feitiço contra o feiticeiro. Apesar da defesa da estética da criação e do elogio do gênio como demiurgo de si mesmo, os próprios românticos teriam recorrido aos mesmos procedimentos que se encontram na base da poética da emulação; fator especialmente verdadeiro no caso da poesia romântica brasileira. Assim, se *as formas literárias precisam ser renovadas*, por que não fazê-lo através de um gesto conhecido do leitor: *buscar rejuvenescer algumas formas arcaicas?* Torção tipicamente machadiana, o romantismo é visto como inesperada contrafação do sistema literário que os valores românticos relegaram ao ostracismo. (ROCHA, 2013, p. 233)

O argentino Borges, décadas depois de Machado, mas ainda assim como pensamento consoante a esse, assinalou que a busca de literatura imanentemente nacional que perscrutasse temas dentro do território de seu país era uma ideia “nova e arbitrária” de fazer literário. Para ele “o culto argentino da cor local [e por conseguinte de todas as ex-colônias das Américas] é um recente culto europeu que os nacionalistas deveriam rejeitar por ser estrangeiro” (BORGES Apud JOBIM, 2013, p. 112). Um paradoxo, portanto. Afinal a própria ideia de originalidade seria produto de importação!

É importante também considerar o lugar de onde falamos, pois como argumenta Jobim, ao nomear este lugar de “Brasil”, “América Latina”, “Caribe” ou qualquer outra coisa, estabelece-se também uma configuração de sentido. E, apesar do exacerbado nacionalismo do século XIX, já era possível neste século encontrar termos abrangentes como “América Latina” que permitiam uma visão mais globalizante da cultura dos países das Américas cujas línguas oficiais tinham origem “latina”, na qual nos inserimos.



É claro que para a configuração de blocos transnacionais há diversas questões envolvidas como questões jurídicas e políticas; há também “um grande volume de trocas e transferências literárias e culturais que se efetuam nestes blocos.” (JOBIM, 2013, p. 120). Trocas que permitem que conheçamos melhor até mesmo a nossa própria cultura a partir do contato com a do outro. Assim, o livro de Jobim é um convite a entender como e por que se dão estas trocas e qual a importância dessas para a configuração do que chamamos de cultura brasileira.

Referências:

ASSIS, Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”. In: **Obra Completa**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2013.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo. Ed. Ática, 1994.

JOBIM, José Luís. **Literatura e cultura**: do nacional ao transnacional. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis**: por uma poética da emulação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura brasileira**. tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

Recebido em: 18/05/2021
Aprovado em: 26/05/2021